

Promovendo alianças para defender os direitos sexuais e reprodutivos na América Central

Heathe Luz McNaughton, Diane N. Catotti, Marta María Blandón e Lucía Rayas

O desafio

Na América Central, o movimento de liberação feminina, em geral, não tem obtido uma resposta satisfatória ao exigir que os Governos abordem o tema dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher. Existem poucos mecanismos formais que possibilitam a comunicação e a colaboração de instituições governamentais com os grupos de mulheres e outros membros da sociedade civil, especialmente nos países com democracias emergentes e naqueles que recentemente tiveram guerra e revolução, tais como Guatemala, El Salvador e Nicarágua. Os grupos conservadores na região têm se oposto veementemente à expansão das liberdades reprodutivas. Tal oposição tem prejudicado o estabelecimento de políticas e o debate aberto sobre a contracepção de emergência, a educação sexual e o aborto. Na Nicarágua e em El Salvador, os legisladores conservadores têm lutado para eliminar todas as indicações legais do aborto, até mesmo para salvar a vida da mulher. Em El Salvador, o apoio de grupos conservadores foi fundamental para fazer as mudanças legislativas de 1998, que tornaram ilegais todas as indicações de aborto. Na Guatemala, apesar da pressão exercida por grupos que promovem a saúde da mulher, o Ministério de Saúde tem recusado a inclusão da contracepção de emergência nos serviços de saúde reprodutiva. Este ambi-

País	Taxa de fertilidade ¹	Relação de mortalidade materna ¹	Taxa aprox. de mortalidade materna devido ao aborto ²	Mulheres casadas que utilizam a contracepção moderna ¹	Circunstâncias em que o aborto é legal ³
El Salvador	2,9	180	25	54%	Illegal em todas as circunstâncias
Guatemala	4,4	270	38	31%	Para salvar a vida da mulher
Honduras	3,7	220	31	41%	Para salvar a vida da mulher
Nicarágua	3,8	250	35	57%	Para salvar a vida da mulher (atualmente em disputa)

ente conservador tem silenciado o debate público sobre os princípios éticos, filosóficos e de saúde pública que exigem a proteção dos direitos sexuais e reprodutivos. Neste número da publicação *Diálogo*, analisamos a estratégia do Ipas para promover o debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos em três oficinas que foram realizadas na Nicarágua, Guatemala e El Salvador em fevereiro de 2002.

Uma estratégia para ampliar os direitos sexuais e reprodutivos

O consenso mundial de proteger, respeitar e permitir o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, reforçado durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, tem obtido um impacto limitado na vida e na saúde da mulher da América Central. As mulheres e as meninas desta região sofrem com a alta taxa de gravidez indesejada e morbimortalidade materna. A saúde reprodutiva da mulher é mais debilitada nos países mais carentes—

Guatemala, El Salvador, Nicarágua e Honduras—onde as leis e políticas que afetam os direitos reprodutivos da mulher são consideradas as mais restritivas do hemisfério Ocidental (veja o quadro).

Os direitos humanos são protegidos por leis nacionais e tratados regionais e internacionais que foram ratificados por estes países. No entanto, a relação entre a saúde sexual e reprodutiva da mulher e os direitos humanos não passou do conceito acadêmico para ser colocado em prática pelos ativistas e formuladores de políticas. O Ipas reconheceu a grande necessidade de apoiar tal “transformação” na América Central e, atendendo ao chamado, promoveu um foro para líderes de diversas áreas e para organizações estaduais e não-governamentais, a fim de que compartilhassem seus pontos de vista e iniciassem um debate sobre a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos.

O Ipas conduziu uma oficina de dois dias na Nicarágua, Guatemala e El Salvador, com o

apoio técnico do Centro Legal para Direitos Reprodutivos e Políticas Públicas (CRLP) e da organização Católicas pelo Direito de Decidir (CDD). Aproximadamente vinte pessoas de várias áreas participaram de cada oficina, incluindo profissionais de saúde, jornalistas, funcionários do governo, advogados, líderes religiosos, e representantes de grupos ativistas de mulheres, e da sociedade nacional de ginecologia e obstetria. As organizadoras se esforçaram para incluir participantes que representassem várias opiniões e posições sobre a saúde e os direitos reprodutivos.

Os objetivos da oficina foram: criar um maior entendimento regional sobre os direitos sexuais e reprodutivos, desenvolver o conhecimento e a compreensão dos princípios jurídicos fundamentais para exercer esses direitos, e equipar os participantes com a terminologia e os princípios que lhes permitirão promover melhores políticas. Assim, os participantes terem uma melhor atu-

Mais do que um certificado de participação, adquirimos o compromisso de continuar defendendo, promovendo e ampliando os direitos sexuais e reprodutivos...Deveríamos considerar a criação de uma rede nacional para defender esses direitos. O que acontecerá? O futuro está em nossas mãos...

—*Jornalista guatemalteca e participante da oficina, La Cuerda, Número 43, Março de 2002.*

ação em seus campos de trabalho e em outras áreas de influência. Em preparação para a oficina, os participantes estudaram as estatísticas de saúde reprodutiva, as leis e as políticas nacionais e internacionais relevantes, assim como estudos de casos jurídicos e médicos, e artigos de jornais recentes. Os participantes discutiram os fatores sociais, legais e médicos que afetam a saúde da mulher, e refletiram sobre seu papel na defesa e na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos. Um legislador e médico comentou, “[O estudo de caso] me ajudou a ver o imenso efeito que o nosso ambiente sociocultural tem na saúde da mulher...me levou a pensar na minha própria mãe e na minha avó, que não gostam de falar sobre o motivo pelo qual sangram a cada mês.” Os jornalistas na oficina mencionaram que, em geral, os editores dos meios de comunicação censuram materiais que promovem os direitos sexuais e reprodutivos, e levantaram a questão sobre a quem caberia a responsabilidade de diminuir a influência negativa dos artigos de jornais que, por exemplo, consideram os métodos anticoncepcionais prejudiciais à saúde da mulher, ou proclamam que o uso do preservativo promove a proliferação da promiscuidade. Outro jornalista perguntou, “Se opiniões diferentes são censuradas, então, que tipo de democracia é a nossa?”

Durante o debate, também foram analisadas as políticas e práticas específicas de cada país. Nas três oficinas, os participantes perceberam a enorme influência que as conexões históricas entre a sexualidade e a moralidade têm sobre as políticas e práticas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos. Na Nicarágua, os participantes notaram que a lei trata a mulher que interrompe

sua gravidez com mais rigidez do que o homem que agride fisicamente a sua mulher causando-lhe o aborto. Na Guatemala, os participantes estavam preocupados com os procedimentos inadequados para obtenção de consentimento para a esterilização feminina, e o pouco acesso aos serviços de contracepção moderna, especialmente para a mulher indígena. Em El Salvador, os participantes estavam preocupados com o fato de que a equipe médica nos hospitais públicos esteja violando a confidencialidade entre o provedor e a paciente, denunciando a mulher suspeita de ter apresentado um aborto ilegal à polícia.

Acelerando o ritmo das mudanças

As oficinas forneceram um foro para que participantes de várias profissões e instituições discutissem os assuntos mais urgentes que afetam a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos em seus países. Muitos dos homens e mulheres que participaram disseram que haviam feito contatos que seriam úteis para futuros trabalhos de advocacy. Outros identificaram assuntos fundamentais e as estratégias para abordá-los, tais como a obtenção de dados e a elaboração de documentos impressos sobre determinada posição para serem utilizados no lobby junto a formuladores de políticas e legisladores.

Uma seleção rigorosa dos participantes e palestrantes foi bastante importante para o sucesso das oficinas. Foi fundamental ter convidado indivíduos e organizações com uma variedade de opiniões sobre assuntos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, em vez de falar apenas com os ativistas desta área. O título da oficina, Com-

partilhando visões, refletiu o interesse do Ipas em fornecer aos participantes um ambiente aberto para expressar suas opiniões sobre os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, assim como os métodos para abordá-los. A inclusão de palestrantes que possuíam diferentes perspectivas e táticas na abordagem desses direitos foi essencial para ampliar o impacto das discussões na oficina. Esta estratégia permitiu que os participantes refletissem de maneira mais abrangente sobre as estratégias mais eficazes para a abordagem dos direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo, aproximar-se do setor de saúde propondo diretrizes mais definidas sobre os serviços de aborto, apelando aos tribunais nacionais ou internacionais para que processem as pessoas que violarem os direitos sexuais e reprodutivos, e encorajar os líderes religiosos a interpretar de maneira mais abrangente suas políticas a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos.

A participação de jornalistas foi particularmente importante em vista das barreiras contra a divulgação de mensagens positivas sobre os direitos sexuais e reprodutivos. As oficinas têm sido mencionadas em artigos de jornais e em programas de televisão; e vários participantes têm solicitado apoio para reproduzir o foro. Como sugeriu a jornalista guatemalteca Luisa Rodríguez, os efeitos a longo prazo das oficinas serão observados no sucesso das ações futuras, em termos da cooperação, comunicação, planejamento e intervenção das pessoas e organizações participantes. Esta colaboração é essencial para acelerar o ritmo das mudanças visando alcançar os direitos sexuais e reprodutivos na região.

As autoras agradecem as importantes contribuições ao projeto por parte dos participantes das oficinas e das instituições colaboradoras, particularmente Pilar Sánchez, da organização Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) e Luisa Cabal do Centro Legal para Direitos Reprodutivos e Políticas Públicas (CRLP). O financiamento e os materiais das oficinas foram fornecidos pela Bergstrom Foundation, a Community Foundation, a Interchurch Organization for Development Cooperation, CRLP, CDD e o Ipas. As opiniões aqui expressadas são as das autoras.

Referências

- 1 Fundo de População das Nações Unidas. 2001. The State of World Population 2001. Footprints and Milestones: Population and Environmental Change. Nova Iorque, NY, Fundo de População das Nações Unidas.
- 2 Os cálculos foram extraídos dos dados em The State of World Population 2001 e a Organização Mundial da Saúde. 1998. Unsafe Abortion. Global and Regional Estimates of Incidence of and Mortality Due to Unsafe Abortion, With a Listing of Available Country Data, (WHO/RHT/MSM/97.16). Divisão de Saúde Reprodutiva. Genebra, OMS.
- 3 Nações Unidas. 2001. Abortion Policies: A Global Review. Volumes I e II. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão de População. Nova Iorque, NY, Nações Unidas.

Diálogo 11-P02

Diálogo é publicado ocasionalmente pelo Ipas e informa sobre os resultados e as lições aprendidas nos programas patrocinados pelo Ipas.

Quase todos os números estão disponíveis on-line no www.ipas.org.

*Redatora: Jill Molloy
Artista Gráfica: Beth Rimmer
Layout/Produção: Valerie Holbert
Tradutora: Lisette Silva; Revisoras:
Dorine Ferreira e Dorée Trottier
© 2002 Ipas*



300 Market Street • Suite 200
Chapel Hill, NC 27516 USA
ipas@ipas.org • www.ipas.org